

# PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n. 013/2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO n. 001/2025

## AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

### 01. PREÂMBULO

**01.1 -** A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 01.679.363/0001-68, com sede na Rua Duque de Caxias, 522, centro, na cidade de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Presidente, Sr. João Carlos Suldowski, brasileiro, casado, residente no município de São Lourenço do Oeste (SC), torna público a quem interessar que está promovendo o **Processo Administrativo Licitatório n. 013/2025**, na **Modalidade Inexigibilidade de Licitação n. 001/2025**, conforme dispõe a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e legislação vigente pertinente à matéria.

#### 02. OBJETO

**02.1** – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MINISTRAR CAPACITAÇÃO COM FOCO EM "PLANO PLURIANUAL (PPA) 2026/2029 NOS MUNICÍPIOS: O MARCO GERENCIAL PARA A ADMINISTRAÇÃO", PARA PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES ALTAIR BORGES E JADER GABRIEL IORIS, NOS DIAS 23 E 24/04/25, EM FLORIANÓPOLIS, conforme indicado na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MINISTRAR CAPACITAÇÃO COM FOCO EM "PLANO PLURIANUAL (PPA) 2026/2029 NOS MUNICÍPIOS: O MARCO GERENCIAL PARA A ADMINISTRAÇÃO", PARA PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES ALTAIR BORGES E JADER GABRIEL IORIS, NOS DIAS 23 E 24/04/25, EM FLORIANÓPOLIS	02 inscrições



### 03. CAUSA ENSEJADORA E FUNDAMENTO LEGAL

- **03.1** Justifica-se a contratação da capacitação por se tratar de uma ação estratégica e necessária para o desenvolvimento das competências dos vereadores, visando à melhoria da gestão pública municipal. A seguir, apresentamos as principais justificativas para essa contratação: Aprimoramento do Conhecimento sobre o PPA, Desenvolvimento de Habilidades Gerenciais, Cumprimento das Normativas Legais, Fortalecimento da Gestão Pública e Integração entre os Poderes.
- **03.2** A presente hipótese de contratação direta por Inexigibilidade de Licitação tem embasamento legal na Alínea "f", do inciso III, do artigo 74 da Lei n. 14.133/2021:
  - Art. 74. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
  - III Contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
  - f Treinamento aperfeiçoamento de pessoal;
- **03.2.1** A contratação se enquadra no conceito de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. No que se refere à contratação de cursos de capacitação, esta deve ocorrer por meio de Inexigibilidade de Licitação, conforme previsto na legislação vigente. A notória especialização necessária para a contratação está associada à singularidade do serviço, que reside tanto na expertise da empresa quanto na competência técnica dos instrutores envolvidos.

# 04. COMPATIBILIDADE DA PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS COM O COMPROMISSO A SER ASSUMIDO

- **04.1 –** As despesas decorrentes do contrato celebrado correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
- 01.001 CÂMARA MUNICIPAL
- 01.031.4501.2.001 MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
- 4 3.3.90.00.00.00.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS 1.500.0000.0000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS ORDINÁRIOS

## 05. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIAS PARA A



- **05.1** Com base no artigo 70, inciso III, da Lei 14.133/2021, serão exigidos os seguintes documentos como habilitação necessária à presente contratação:
- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Certidão de regularidade perante a Fazenda Federal (Certidão de quitação de tributos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal);
- c) Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual;
- d) Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal da sede do proponente;
- e) Certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Certidão de regularidade perante Débitos Trabalhistas (CNDT);
- g) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica TCU (<a href="https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/">https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/</a>)
- h) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede do proponente, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- i) Declaração Conjunta

## 06. DO FORNECEDOR E DO PREÇO

- **06.1** A Contratada pelo presente procedimento será a empresa IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA CNPJ n. 28.474.582/0001-67.
- **06.2** A contratação totaliza o valor de R\$ 2.980,00 (dois mil, novecentos e oitenta reais), conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MINISTRAR CAPACITAÇÃO COM FOCO EM "PLANO PLURIANUAL (PPA) 2026/2029 NOS MUNICÍPIOS: O MARCO GERENCIAL PARA A ADMINISTRAÇÃO", PARA PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES ALTAIR BORGES E JADER GABRIEL IORIS, NOS DIAS 23 E 24/04/25, EM FLORIANÓPOLIS	02 inscrições	R\$ 1.490,00	R\$ 2.980,00

### 07. DA FORMA DE PAGAMENTO

**07.1 –** O pagamento se dará em moeda corrente nacional, após a expedição da devida Nota Fiscal Eletrônica pela contratada e de acordo com o calendário estabelecido pelo Decreto



07.2 - O pagamento será realizado por meio de boleto bancário emitido pela contratada ou de ordem bancária creditada em conta corrente de sua titularidade, ficando esta responsável por informar qualquer alteração nas suas informações bancárias.

**07.3 –** Não haverá nenhuma antecipação de pagamento por conta da presente contratação.

### 08. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E VIGÊNCIA

08.1 - Nos termos do artigo 95 da Lei 14.133/2021, o instrumento de contrato será substituído pela nota de empenho de despesa.

São Lourenço do Oeste/SC, 11 de abril de 2025.

**JOÃO CARLOS SULDOWSKI** 

Presidente da Câmara Municipal